

# FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA



**Relatório e Contas  
Exercício de 2021**



## Relatório do Conselho da Administração

### 1. A INSTITUIÇÃO

A **FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA** é uma Instituição sem fins lucrativos, reconhecida, pela DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL por Portaria n.º 139/2007 de 29 de Janeiro, “como pessoa colectiva de utilidade pública” com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS, com sede na Rua dos Malhões - Edifício D. Pedro I, 2760-071 Paço de Arcos - Oeiras, com o NIF: 509 393 799.

Tem como principal objeto social - Construção e Gestão de Centros para o “TRATAMENTO DE INSUFICIENTES RENAIIS CRÓNICOS (IRC’s)” em estágio 5, em substituição da função renal por diálise.

Para tal, e de acordo com o Protocolo assinado com o Ministério da Saúde de 4 de Agosto de 2009, propõe-se construir, de raiz, uma “REDE DE CENTROS ALTERNATIVOS” com capacidade para o tratamento, máximo, de 30% dos IRC’s em diálise, e no máximo de 15 centros, localizados onde as necessidades sejam mais prementes, em conformidade com a estratégia concertada com pelo Ministério da Saúde.

### MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA

#### MISSÃO

Garantir um “tratamento de acordo com o melhor estado da arte” aos IRC’s, com “HUMANIDADE & DIGNIDADE”, tratando o IRC como um ser “BIOPSISSOCIAL”.

A Gestão focalizada na garantia de um crescimento em termos independentes, tornando a Instituição útil e benéfica para a comunidade sobre a qual tem preocupações de natureza ética e social. Ser fator de progresso e desenvolvimento económico, sem nunca descorar o bem-estar e recuperação dos IRC’s do SNS que são colocados à nossa “guarda”.

#### VISÃO

A Fundação tem como fim ser uma organização eficiente, que cumpra integralmente os níveis de qualidade, evoluindo, sistematicamente, os processos de tratamento dos doentes com IRC, no sentido das expectativas dos nossos utentes.



## **VALORES E POLÍTICA**

A Fundação está empenhada em garantir a todos os colaboradores um bom ambiente de trabalho e o aumento progressivo dos níveis de satisfação, pautando a sua atuação pelos seguintes valores:

- I. Satisfação dos IRC's: Desenvolvendo de forma contínua, objetiva e sistemática, práticas de gestão focalizadas na satisfação dos IRC's à nossa "guarda";
- II. Liderança Competente: Definida pelo Conselho de Administração, através de definição de objetivos comuns e consistentes, que devem a garantir o cumprimento da nossa Missão;
- III. Trabalho em Equipa: Fomentando o espírito de Grupo, por forma a criar equipas de trabalho coesas, que trabalhem em prol de um objetivo comum, conducente ao sucesso da organização; e
- IV. Comunicação: Implementando de formas de comunicação que permitam o envolvimento, de todos os colaboradores, estimulando a sua participação através da apresentação de sugestões, com vista à melhoria contínua.

## **2. MEIO ECONÓMICO ENVOLVENTE**

Agora que a Europa (e o mundo) parecia ter ultrapassado o pior da pandemia da COVID19, vê-se confrontada com a guerra. A invasão da Ucrânia pelo exército russo espoletou, com efeito, uma guerra cinética, já com destruição massiva de infraestruturas e perda de vidas humanas, a que se juntam (novos) ingredientes de guerra cibernética e de informação, eles mesmos condicionando o evoluir dos acontecimentos quer no terreno militar quer no campo da negociação diplomática. Esta guerra também se faz no campo económico, desde logo pela quase eliminação das trocas comerciais entre a Rússia e a generalidade dos países europeus (e de outros sobretudo no Norte da América), multiplicando-se, designadamente pelo lado da União Europeia, as sanções económicas àquele país invasor. Por ora, o fornecimento de matérias-primas por parte da Rússia à Europa está já fortemente comprometido. A eventual superveniência de uma nova 'economia de guerra' na Europa (uma realidade que considerávamos histórica e ultrapassada) pode obrigar a um recuo do modelo de crescimento preferencialmente assente em exportações, ele próprio corolário da ideia de liberdade de trocas e de abertura ao exterior. A incerteza é enorme, desconhecendo-se qual será a duração da guerra, a sua amplitude e efeitos de arrastamento. Mas as suas gravosas consequências económicas já se fazem sentir: a revisão em baixa da projeção de crescimento do PIB real para 2022 e o aumento da inflação,



vertidos nestas 'Perspetivas Económicas e Orçamentais', refletem essa nova realidade. Este é, no imediato, um choque sobre os preços.

As tensões inflacionistas que se vinham acumulando em 2021 estão já a ser fortemente amplificadas pela guerra. Tais tensões, conjuntamente ligadas a condicionantes no fornecimento de bens e a algumas disrupções nas cadeias de abastecimento globais no quadro da recuperação pós-pandémica, ocultavam, em todo o caso, uma tensão mais estrutural: o recrudescimento do protecionismo entre os blocos regionais (a ocidente e a oriente), também ele expressão de uma nova confrontação geopolítica pelo poder, desde logo pelo poder económico (em todas as suas vertentes). De resto, a atual guerra entre a Rússia e Ucrânia é, até ao momento, a manifestação exacerbada dessas tensões que já se vinham adensando nas duas últimas décadas. Fruto destas pressões inflacionistas, perspetiva-se uma alteração, ainda que por ora contida, da política monetária do Banco Central Europeu, quer da política convencional (taxas de juro de referência), quer da não convencional (programas de compra de ativos). A recuperação das economias, e da portuguesa em particular, neste pós COVID-19, está assim agora, neste quadro bélico, fortemente condicionada.

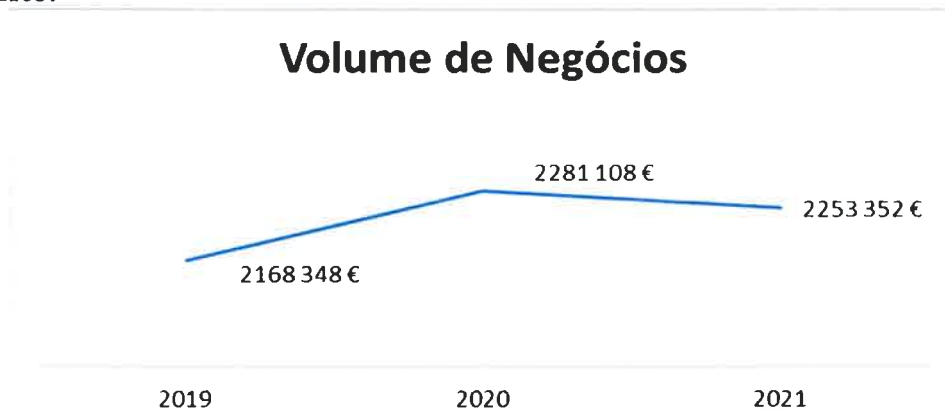
### 3. ATIVIDADE E ANALISE ECONOMICA E FINANCEIRA

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade do centro de Portalegre, sendo o terceiro ano completo, em que o centro funciona com uma média de utentes de mais de 94 utentes/mês.

Adicionalmente encontra-se em marcha o plano de expansão da Fundação, sendo que já foram celebrados protocolos com os Municípios de Oeiras e Celorico da Beira para cedência de terrenos para a localização de futuros Centros.

#### VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios em 2021, é comparável com os resultados obtidos em 2020 e em 2019, tal como é demonstrado no quadro seguinte:





A estabilização dos rendimentos no período de 2019 a 2021 permitiu que a Fundação alcançasse a estabilidade financeira necessária para a consolidação de processos de funcionamento, formação e contratação de quadros técnicos, consolidação de processos administrativos e desenvolvimento de uma aplicação informática de gestão médica.

Este facto permite encarar com confiança o próximo passo no plano estratégico da Fundação, ou seja, a criação de novos centros de hemodialise. Sendo que esperamos num reduzido espaço de tempo abrir novos centros.

## RESULTADO LÍQUIDO

Em 2021 o desempenho económico e financeiro da Fundação conduziu à apresentação de um resultado líquido positivo de 571.799,44 €. O aumento do resultado líquido registada em 2021, deve-se principalmente às diminuições de Outros Gastos e das depreciações do exercício.

## RESULTADO OPERACIONAL

O resultado operacional da empresa reflete a variação registada nos Outros Gastos e Amortizações e Depreciações do exercício. No quadro seguinte apresentamos a evolução dos resultados operacionais:

	2019	2020	2021	Variação (2021-2019)	
				€	%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>2 175 685 €</b>	<b>2 302 075 €</b>	<b>2 255 242 €</b>	<b>-46 833 €</b>	<b>-2%</b>
Prestação de Serviços	2 168 348 €	2 281 108 €	2 253 352 €	-27 755 €	-1%
Subsídios à Exploração	0 €	0 €	718 €	718 €	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	7 336 €	20 968 €	1 172 €	-19 796 €	-94%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>1 818 848 €</b>	<b>1 749 613 €</b>	<b>1 676 327 €</b>	<b>-73 286 €</b>	<b>-4%</b>
Custo das matérias consumidas	459 440 €	467 554 €	451 939 €	-15 615 €	-3%
Fornecimentos e Serviços Externos	714 308 €	686 139 €	654 899 €	-31 240 €	-5%
Gastos com o Pessoal	372 684 €	454 262 €	485 144 €	30 882 €	7%
Amortizações e Depreciação do exercício	177 797 €	117 717 €	75 355 €	-42 362 €	-36%
Imparidades e Provisões	0 €	0 €	0 €	0 €	0%
Outros gastos e perdas operacionais	94 619 €	23 942 €	8 990 €	-14 952 €	-62%

Conforme é possível constatar pela evolução dos nossos gastos operacionais, estes registaram um decréscimo de 4% face ao ano anterior.



No que se refere aos rendimentos, apresenta-se no quadro seguinte, de forma mais desagregada, as principais rubricas.

Rendimentos Operacionais	2019	2020	2021	Variação (2021-2020)	
				€	%
Vol. Negócios	2 168 348 €	2 281 108 €	2 253 352 €	-27 755 €	-1,2%
Subsídio ao investimento	0 €	0 €	718 €	718 €	0,0%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	7 336 €	20 968 €	1 172 €	-19 796 €	-94,4%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>2 175 685 €</b>	<b>2 302 075 €</b>	<b>2 255 242 €</b>	<b>-46 833 €</b>	<b>-2,0%</b>

Os gastos operacionais atingiram o valor de 1.676.327€, sendo que as rubricas, com maior expressão, são apresentadas no quadro abaixo.

Gastos Operacionais	2019	2020	2021	Variação (2021-2020)	
				€	%
Custo das materias consumidas	459 440	467 554	451 939	-15 615	-3,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	714 308	686 139	654 899	-31 240	-4,6%
Gastos com o Pessoal	372 684	454 262	485 144	30 882	6,8%
Imparidades	0	0	0	0	100,0%
Outros gastos e perdas operacionais	94 619	23 942	8 990	-14 952	-62,5%
Amortizações e Depreciação do exercício	177 797 €	117 717 €	75 355 €	-42 362	-36,0%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>1 818 848</b>	<b>1 749 613</b>	<b>1 676 327</b>	<b>-73 286</b>	<b>-4,2%</b>

## RESULTADOS FINANCEIROS

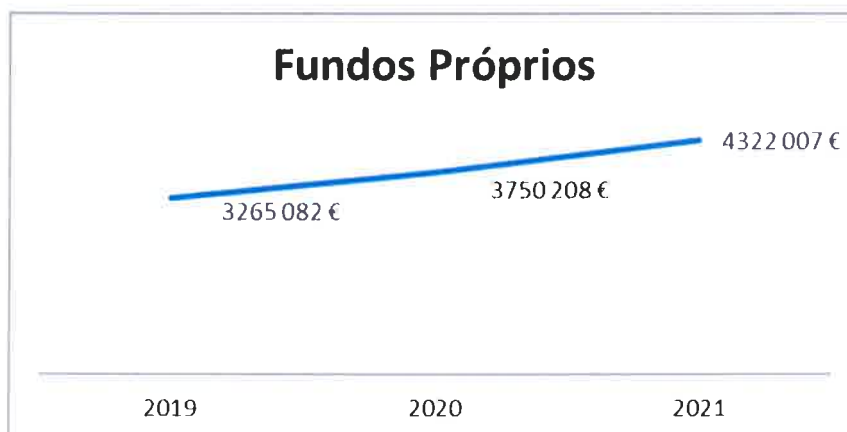
Os resultados financeiros, apresentados no quadro seguinte, são o resultado do saldo entre Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados. Os gastos financeiros têm a sua origem nos juros suportados devido aos financiamentos obtidos e contratação de uma operação de factoring junto da entidade bancária Montepio Geral.

Resultados Financeiros	2019	2020	2021	Var. €	Var. %
Gastos Financeiros	8 901 €	6 055 €	7 330 €	1 275 €	21%
Rendimentos Financeiros	18 €	78 €	214 €	135 €	173%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-8 883 €</b>	<b>-5 976 €</b>	<b>-7 116 €</b>	<b>-1 140 €</b>	<b>19%</b>



## FUNDOS PRÓPRIOS

Os fundos próprios no final do exercício ascendem de 4.322.007 euros.



O aumento dos Fundos Próprios em 2021 é justificado pelo resultado líquido de 2021.

## PRINCIPAIS INDICADORES

Nos quadros abaixo são apresentados os indicadores económico-financeiros sobre a evolução da atividade da empresa, sintetizando os principais acontecimentos ocorridos no exercício.

<b>Evolução de Estrutura Financeira</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Autonomia Financeira	80,52%	85,72%	73,26%
Solvabilidade	413,45%	600,06%	273,90%
Rentabilidade do ativo	8,58%	12,49%	9,69%

<b>Indicadores Económico-Financeiros</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Volume de Negócios	2 168 348 €	2 281 108 €	2 253 352 €
Cashflow	525 751 €	664 203 €	647 154 €
Resultado Líquido do Exercício	347 954 €	546 486 €	571 799 €
Ativo Líquido	4 054 803 €	4 375 177 €	5 899 940 €
Capital Próprio	3 265 082 €	3 750 208 €	4 322 007 €
Passivo Remunerado	408 365 €	245 351 €	1 180 050 €
Passivo Não Corrente	112 882 €	78 240 €	431 527 €
Passivo Corrente	676 840 €	546 730 €	1 146 406 €
EBITDA	534 633 €	670 179 €	654 270 €
Meios Libertos Brutos	534 633 €	670 179 €	654 270 €

<b>Outros Indicadores</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
EBITDA	534 633 €	670 179 €	654 270 €
EBITDA/vendas	24,66%	29,38%	29,04%
Encargos financeiros/vendas	0,41%	0,26%	0,32%
FSE/Vendas	32,94%	30,08%	29,06%

Estes indicadores refletem a estabilidade económica e financeira que foi alcançada pela Fundação.



## **POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO**

A atividade da instituição está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da instituição. As políticas e sistema de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do Grupo.

### RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas de financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com a instituição no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente dos clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito da instituição, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efectuado regularmente. A exposição da instituição ao risco de crédito é reduzida pois prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelo facto do seu único cliente ser o Ministério da Saúde. O reconhecimento da imparidade está relacionado com litígio jurídico com a ULSNA e ARS do Norte Alentejo

### RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da instituição, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Administração. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto da instituição.

### RISCO DE MERCADO

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os rendimentos da instituição. No entanto, no caso da Fundação este risco encontra-se minorado pois esta funciona com base em protocolos firmado com o Ministério da Saúde.

## **4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS**

A Fundação Renal Portuguesa tem regularizadas todas as suas obrigações para com a Administração Fiscal, Centro Regional de





Segurança Social e todas as outras entidades públicas.

De acordo com artigo 10.º da Lei Quadro das Fundações: No caso de fundações privadas com estatuto de utilidade pública, as despesas com pessoal e órgãos da fundação não podem exceder dois terços dos seus rendimentos anuais.

Conforme quadro abaixo, A Fundação Renal Portuguesa cumpre com os requisitos impostos pelo artigo acima estabelecido:

Gastos com o pessoal - Conta 63	485 144,10
Depreciações Viaturas - Subconta 64	20 033,79
Despesas Sede - Subconta 62689	99 082,33
<b>Total</b>	<b>604 260,22 (a)</b>
<b>Vendas e serviços prestados</b>	<b>2 253 352 € (b)</b>
<b>Coefficiente (a / b)</b>	<b>26,82%</b>

## 5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício, e até à data da elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e colaboradores a cooperação e a confiança que revelaram ao longo deste exercício.

## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando os resultados atingidos, a necessidade de avançar com novos investimentos e a manutenção da solidez financeira, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos fiquem retidos na Fundação.

Desta forma propõe a aplicação do Resultado Líquido positivo de 546.485,96€ para Resultados Transitados.

Oeiras, 1 de Abril de 2021

A Administração

*Frei M. Guilhermo*

*Frei Manuel José Gonçalves*



## Balço em 31 de dezembro de 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	1 348 161,60	1 193 810,78
Ativos Intangíveis	5	7 613,73	14 719,27
Subtotal		1 355 775,33	1 208 530,05
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	41 330,54	51 543,25
Estado e outros Entes Públicos		4 604,13	-
Créditos a receber	7	728 782,33	377 296,69
Diferimentos	9	4 977,67	6 970,80
Outros ativos correntes	8	209 678,70	204 579,85
Caixa e depósitos bancários	10	3 554 790,80	2 526 256,62
Subtotal		4 544 164,17	3 166 647,21
<b>Total do Ativo</b>		<b>5 899 939,50</b>	<b>4 375 177,26</b>
<b>FUNDOS PATROMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11	500 354,63	500 354,63
Resultados transitados	11	2 934 358,66	2 387 872,70
Excedentes de revalorização	11	315 494,34	315 494,34
Resultado Líquido do período	11	571 799,44	546 485,96
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>4 322 007,07</b>	<b>3 750 207,63</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	15	431 526,79	78 239,93
Subtotal		431 526,79	78 239,93
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12	291 398,22	312 339,54
Estado e outros Entes Públicos	13	14 940,90	12 587,76
Financiamentos Obtidos	15	748 523,40	167 111,21
Outros passivos correntes	14	91 543,12	54 691,19
Subtotal		1 146 405,64	546 729,70
<b>Total do passivo</b>		<b>1 577 932,43</b>	<b>624 969,63</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5 899 939,50</b>	<b>4 375 177,26</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

*frs Y. Quillase*

*frs pany frs Amara*



## Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	16	2 253 352,49	2 281 107,54
Subsídios, doações e legados à exploração	16	718,25	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(451 939,00)	(467 553,72)
Fornecimentos e serviços externos	17	(654 898,77)	(686 138,71)
Gastos com o pessoal	18	(485 144,10)	(454 261,81)
Outros rendimentos	19	1 171,64	20 967,84
Outros gastos	20	(8 990,05)	(23 941,91)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>654 270,46</b>	<b>670 179,23</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(75 354,71)	(117 716,87)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>578 915,75</b>	<b>552 462,36</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	21	213,85	78,41
Juros e gastos similares suportados	21	(7 330,16)	(6 054,81)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>571 799,44</b>	<b>546 485,96</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>571 799,44</b>	<b>546 485,96</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO



## Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

DESCRIÇÃO	Notas	Unidade Monetária: Euros				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	500 354,63	2 095 400,66	321 373,17	347 953,61	3 265 082,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras Regularizações - Ativo Revalorizado			5 878,83	(5 878,83)		-
Outras Regularizações			(61 360,36)			(61 360,36)
Aplicação de resultados do exercício			347 953,61		(347 953,61)	-
	2	-	292 472,08	(5 878,83)	(347 953,61)	(61 360,36)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				546 485,96	546 485,96
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				198 532,35	546 485,96
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
	5	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6=1+2+3+5	500 354,63	2 387 872,74	315 494,34	546 485,96	3 750 207,67

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DESCRIÇÃO	Notas	Unidade Monetária: Euros				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	500 354,63	2 387 872,74	315 494,34	546 485,96	3 750 207,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras Regularizações - Ativo Revalorizado						-
Outras Regularizações						-
Aplicação de resultados do exercício			546 485,96		(546 485,96)	-
	7	-	546 485,96	-	(546 485,96)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				571 799,44	571 799,44
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				25 313,48	571 799,44
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
	10	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	500 354,63	2 934 358,70	315 494,34	571 799,44	4 322 007,11

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

*Jose M. Duillal*

*Jose Manuel Jose Mendes*



## Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
		PERÍODOS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		2 525 081,33	2 334 181,41
Pagamento a fornecedores		(609 303,46)	(855 265,98)
Pagamentos ao pessoal		(395 536,44)	(447 190,13)
		Caixa gerada pelas operações	1 520 241,43
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			1 031 725,30
Outros recebimentos/pagamentos		(141 220,45)	(300 782,36)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 379 020,98	730 942,94
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		119 617,92	121 251,15
Outros ativos		6 941,96	2 122,21
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		213,85	78,41
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(126 346,03)	(123 294,95)
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		48 514,71	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(204 145,27)	-
Juros e gastos similares		(3 862,18)	(5 934,44)
Outras operações de financiamento		(64 648,03)	(51 429,27)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(224 140,77)	(57 363,71)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>1 028 534,18</b>	<b>550 284,28</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	10	<b>2 526 256,62</b>	<b>1 975 972,34</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	10	<b>3 554 790,80</b>	<b>2 526 256,62</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO



N.N.A.  
[Handwritten signature]

## Anexo às Demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2021

### 1. Identificação da Entidade

A Fundação Renal Portuguesa é uma Fundação sem fins lucrativos reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social como uma instituição particular de segurança social em 10 de Maio de 2010, com sede na Rua dos Malhões - Edifício D. Pedro I, 2760-071 Paço de Arcos - Oeiras, com o NIF: 509 393 799. Tem como principal objeto social a construção e gestão de clínicas para o tratamento de doentes renais crónicos através de sistema substitutivo da função renal, vulgo hemodiálise.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e alterado pelo Aviso n.º 8259/2015.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

Durante o exercício de 2016, foi alterada a política de reconhecimento da classe de Edifícios e terrenos nos ativos fixos tangíveis. Relativamente às restantes rubricas, as Demonstrações

[Handwritten signature]



Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a imóveis (classe de terrenos e edifícios) encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. São efetuadas revalorizações com uma regularmente através da contratação de peritos externos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização



respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	50 Anos
Equipamento de transporte	4 Anos
Equipamento básico	6 a 12 anos
Equipamento administrativo	6 a 12 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 a 12 anos

### 3.2.2. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

### 3.2.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;





- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Clientes e Créditos a receber

Os “*Cientes*” e os “*Créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste, por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do setor não Lucrativo (NCRF-ESNL).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



### 3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.6. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### 3.2.7. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas presentes nas demonstrações financeiras são:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões; e
- d) Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis.

### 3.2.8. Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



### 3.2.9. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

#### 3.2.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento do serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento do serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

#### 3.2.11. Imposto sobre o rendimento

A Fundação Renal Portuguesa encontra-se isenta de pagamento de Imposto sobre o rendimento. Esta isenção aplica-se aos rendimentos obtidos no âmbito da realização das atividades previstas nos seus estatutos.

### 3.3. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Nada a assinalar

## 4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do de 2021 e 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:



## 31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Alienações	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	475 443,08	6 438,00	-	-	481 881,08
Edifícios e outras construções	645 030,93	30 313,53	-	-	675 344,46
Equipamento básico	691 628,67	1 670,52	-	-	693 299,19
Equipamento de transporte	403 568,45	58 859,15	-	-	462 427,60
Equipamento administrativo	163 099,98	916,98	-	-	164 016,96
Outros Ativos fixos tangíveis	40 520,98	22 158,32	-	-	62 679,30
Obras em Curso	51 010,89	102 243,49	-	-	153 254,38
<b>Total</b>	<b>2 470 302,98</b>	<b>222 599,99</b>	-	-	<b>2 692 902,97</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	95 915,26	16 349,75	-	-	112 265,01
Equipamento básico	608 428,49	25 970,76	-	-	634 399,25
Equipamento de transporte	395 795,03	20 033,79	-	-	415 828,82
Equipamento administrativo	159 819,41	2 356,36	-	-	162 175,77
Outros Ativos fixos tangíveis	16 534,01	3 538,51	-	-	20 072,52
<b>Total</b>	<b>1 276 492,20</b>	<b>68 249,17</b>	-	-	<b>1 344 741,37</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>1 193 810,78</b>				<b>1 348 161,60</b>

## 31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Revalorizações	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2020
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	475 443,08	-	-	-	475 443,08
Edifícios e outras construções	638 608,34	6 422,59	-	-	645 030,93
Equipamento básico	682 960,34	8 668,33	-	-	691 628,67
Equipamento de transporte	403 568,45	-	-	-	403 568,45
Equipamento administrativo	160 285,03	2 814,95	-	-	163 099,98
Outros Ativos fixos tangíveis	28 945,72	11 575,26	-	-	40 520,98
Obras em Curso	25 013,84	25 997,05	-	-	51 010,89
<b>Total</b>	<b>2 414 824,80</b>	<b>55 478,18</b>	-	-	<b>2 470 302,98</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	80 071,32	15 843,94	-	-	95 915,26
Equipamento básico	558 272,09	50 156,40	-	-	608 428,49
Equipamento de transporte	353 845,70	41 949,33	-	-	395 795,03
Equipamento administrativo	158 038,11	1 781,30	-	-	159 819,41
Outros Ativos fixos tangíveis	13 877,27	2 656,74	-	-	16 534,01
<b>Total</b>	<b>1 164 104,49</b>	<b>112 387,71</b>	-	-	<b>1 276 492,20</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>1 250 720,31</b>				<b>1 193 810,78</b>



NMF  
 IS

## 5. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada dos ativos intangíveis no início e no fim do de 2021 e 2020, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Regularizações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	71 055,40	-	-	-	71 055,40
<b>Total</b>	<b>83 092,24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83 092,24</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	56 336,13	7 105,54	-	-	63 441,67
<b>Total</b>	<b>68 372,97</b>	<b>7 105,54</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>75 478,51</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>14 719,27</b>				<b>7 613,73</b>

31 de Dezembro de 2020					
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2020
<b>Custo</b>					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	71 055,40	-	-	-	71 055,40
<b>Total</b>	<b>83 092,24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83 092,24</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	51 006,97	5 329,16	-	-	56 336,13
<b>Total</b>	<b>63 043,81</b>	<b>5 329,16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>68 372,97</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>20 048,43</b>				<b>14 719,27</b>

## 6. Inventários

A rubrica "Inventários" tinha, em 31 de Dezembro de 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	51 543,25	441 726,29		41 330,54
<b>Total</b>	<b>51 543,25</b>	<b>441 726,29</b>	<b>-</b>	<b>41 330,54</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	467 553,72			451 939,00
Variações nos inventários da produção	-			-

IS



## 7. Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Cientes e Utentes c/c</b>	<b>728 782,33</b>	<b>377 296,69</b>
Cientes	728 782,33	377 296,69
<b>Cientes e Utentes - Faturação</b>	<b>5 636 658,57</b>	<b>5 636 658,57</b>
Cientes	5 636 658,57	5 636 658,57
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>(5 636 658,57)</b>	<b>(5 636 658,57)</b>
Cientes	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)
<b>Total</b>	<b>728 782,33</b>	<b>377 296,69</b>

### Perdas por Imparidade do período

Descrição	2021	2020
Cientes	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)
Utentes	-	-
<b>Total</b>	<b>(5 636 658,57)</b>	<b>(5 636 658,57)</b>

Relativamente a este saldo, importa esclarecer que o montante de 5,6 milhões de euros de dívidas de clientes de cobrança duvidosa a 31 de Dezembro de 2021, são relativos aos valores faturados à Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo, resultantes da expectativa da Fundação em ser compensada pelo período em que não foi cumprida a determinação de atribuir 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre, conforme o parecer da Entidade Reguladora da Saúde corroborado pelo parecer do Secretário de Estado da Saúde, à Fundação Renal Portuguesa. Em 2016, a Fundação reconheceu uma imparidade para estas dívidas de clientes, no montante de 5.636.659 euros.

Durante o exercício de 2021 e 2020 não ocorreu criação de qualquer de imparidade adicional.

## 8. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Saldos devedores de Fornecedores	0,00	0,24
<b>Sub - total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,24</b>
Acrescimos de rendimentos	186 828,01	193 012,79
Outros Devedores	12 230,00	3 318,49
Fundos Compensação	10 620,69	8 248,33
<b>Sub - total</b>	<b>209 678,70</b>	<b>204 579,61</b>
<b>TOTAL</b>	<b>209 678,70</b>	<b>204 579,85</b>

O acréscimo de rendimentos respeita a faturas emitidas em janeiro de 2022, mas respeitantes a serviços prestados em dezembro de 2021.



## 9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Outros	4 977,67	6 970,80
<b>Total</b>	<b>4 977,67</b>	<b>6 970,80</b>

## 10. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	1 300,53	1 236,47
Depósitos à ordem	1 540 990,27	1 665 020,15
Depósitos a prazo	2 012 500,00	860 000,00
<b>Total</b>	<b>3 554 790,80</b>	<b>2 526 256,62</b>

## 11. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aplicação de resultados	Correcção Exercícios Anteriores	Outros	Revalorização de Ativos Tangíveis	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	500 354,63	-	-	-	-	500 354,63
Resultados transitados	2 387 872,70	546 485,96	-	-	-	2 934 358,66
Excedentes de revalorização	315 494,34	-	-	-	-	315 494,34
<b>Total</b>	<b>3 203 721,67</b>	<b>546 485,96</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 750 207,63</b>

As variações registadas na rubrica de Fundos Patrimoniais são relativas à aplicação do resultado líquido de 2020.

## 12. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	291 398,22	312 339,54
<b>Total</b>	<b>291 398,22</b>	<b>312 339,54</b>



NNT

### 13. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
<b>Total</b>	-	-
<b>Passivo</b>		
Retenções de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 917,76	4 267,16
Segurança Social	10 023,14	8 320,60
<b>Total</b>	<b>14 940,90</b>	<b>12 587,76</b>

### 14. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	
Credores por acréscimos de gastos	-	63 573,11	-	54 252,00
Outros credores	-	27 970,01	-	439,19
<b>Total</b>	-	<b>91 543,12</b>	-	<b>54 691,19</b>

A Na rubrica de credores por acréscimos de gastos, foram registados os valores relacionados com Estimativa de Férias e Sub de férias. Férias a liquidar em 2022.

### 15. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de Financiamentos obtidos é respeitante a operações de locação financeira:

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Locações Financeiras	(37 800,72)	(68 647,04)	<b>(106 447,76)</b>	32 111,21	78 239,93	<b>110 351,14</b>
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	(600 000,00)		<b>(600 000,00)</b>	135 000,00	-	<b>135 000,00</b>
<b>Total</b>	<b>(637 800,72)</b>	<b>(68 647,04)</b>	<b>(706 447,76)</b>	<b>167 111,21</b>	<b>78 239,93</b>	<b>245 351,14</b>

#### Locações

Descrição	2021			2020		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento básico	84 270,00	(35 991,72)	<b>48 278,28</b>	84 270,00	(25 457,97)	<b>58 812,03</b>
Equipamento de transporte	274 600,32	(228 001,53)	<b>46 598,79</b>	299 168,06	(291 394,63)	<b>7 773,43</b>
<b>Total</b>	<b>358 870,32</b>	<b>(263 993,25)</b>	<b>94 877,07</b>	<b>383 438,06</b>	<b>(316 852,60)</b>	<b>66 585,46</b>





Handwritten signature and initials in the top right corner.

## 16. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços	2 253 352,49	2 281 107,54
<b>Total</b>	<b>2 253 352,49</b>	<b>2 281 107,54</b>

## 17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços Especializados	402 618,49	439 906,50
Materiais	12 294,54	11 766,26
Energia e fluidos	58 486,14	46 205,39
Deslocações, estadas e transportes	3 599,72	3 928,14
Serviços diversos	177 899,88	184 332,42
<b>Total</b>	<b>654 898,77</b>	<b>686 138,71</b>

## 18. Gastos com Pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	72 868,32	75 868,32
Remunerações ao Pessoal	324 937,31	308 089,33
Indemnizações	1 243,79	1 954,33
Encargos sobre as Remunerações	73 032,13	65 917,12
Seguros de AT	4 346,44	588,18
Outros Gastos com o Pessoal	8 716,11	1 844,53
<b>Total</b>	<b>485 144,10</b>	<b>454 261,81</b>

O número médio de trabalhadores foi de 20 no período de 2021 e 2020.

O Conselho de Administração é composto por três elementos, sendo que em 2021 não sofreu alterações.

## 19. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros rendimentos e ganhos	1 171,64	20 967,84
<b>Total</b>	<b>1 171,64</b>	<b>20 967,84</b>

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.



## 20. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	6 417,96	3 467,25
Outros Gastos e Perdas	2 572,09	20 474,66
<b>Total</b>	<b>8 990,05</b>	<b>23 941,91</b>

## 21. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	7 330,16	6 054,81
<b>Total</b>	<b>7 330,16</b>	<b>6 054,81</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	213,85	78,41
<b>Total</b>	<b>213,85</b>	<b>78,41</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(7 116,31)</b>	<b>(5 976,40)</b>

Dos juros suportados, 3.307,18€ respeitam às locações financeiras.

## 22. Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

### Os processos judiciais onde a Fundação é Ré:

I. Comarca de Lisboa Oeste - Oeiras - 2ª Secção de Execução

Processo nº 3514/16.7T8OER

Autor: Securitas Direct Portugal Unipessoal, Lda.

Ré: Fundação Renal Portuguesa

o Processo nº 3514/16.7T8OER em que é Exequente Securitas Direct Portugal, Unipessoal, Lda. de valor desconhecido, aguardando-se citação para deduzir oposição.



## Processos onde a Fundação é Autora

I. Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco Proc. nº 136/16.6BECTB

Autor: Fundação Renal Portuguesa

Rés: Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. e Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.;

Aguarda julgamento.

Pedido de lucros cessantes por incumprimento de quota 82% dos doentes hemodialisados do distrito de Portalegre, que de acordo com cálculos poderá ascender, a 31 de dezembro de 2017, ao montante de 3.800 milhares de euros.

II. Tribunal de Badajoz

Autor: Fundação Renal Portuguesa

Réu: Jose Maria Callero

Decisão Favorável à Fundação, no sentido que condenar a Jose Maria Callero a devolução dos honorários cobrados em excesso.

## 23. Acontecimentos após data de Balanço

Agora que a Europa (e o mundo) parecia ter ultrapassado o pior da pandemia da COVID19, vê-se confrontada com a guerra. A invasão da Ucrânia pelo exército russo espoletou, com efeito, uma guerra cinética, já com destruição massiva de infraestruturas e perda de vidas humanas, a que se juntam (novos) ingredientes de guerra cibernética e de informação, eles mesmos condicionando o evoluir dos acontecimentos quer no terreno militar quer no campo da negociação diplomática. Esta guerra também se faz no campo económico, desde logo pela quase eliminação das trocas comerciais entre a Rússia e a generalidade dos países europeus (e de outros sobretudo no Norte da América), multiplicando-se, designadamente pelo lado da União Europeia, as sanções económicas àquele país invasor. Por ora, o fornecimento de matérias-primas por parte da Rússia à Europa está já fortemente comprometido. A eventual superveniência de uma nova 'economia de guerra' na Europa (uma realidade que considerávamos histórica e ultrapassada) pode obrigar a um recuo do modelo de crescimento preferencialmente assente em exportações, ele próprio corolário da ideia de liberdade de trocas e de abertura ao exterior. A incerteza é enorme, desconhecendo-se qual será a duração da guerra, a sua amplitude e efeitos de arrastamento. Mas as suas gravosas consequências económicas já se fazem sentir: a revisão em baixa da projeção de crescimento do PIB real para 2022 e o aumento da inflação, vertidos nestas 'Perspetivas Económicas e Orçamentais', refletem essa nova realidade. Este é, no imediato, um choque sobre os preços.

As tensões inflacionistas que se vinham acumulando em 2021 estão já a ser fortemente amplificadas pela guerra. Tais tensões, conjuntamente ligadas a condicionantes no fornecimento de bens e a algumas disrupções nas cadeias de abastecimento globais no quadro da recuperação pós-pandémica, ocultavam, em todo o caso, uma tensão mais estrutural: o recrudescimento do protecionismo entre os blocos regionais (a ocidente e a oriente), também ele expressão de uma nova confrontação geopolítica pelo poder, desde logo pelo poder económico (em todas as suas vertentes). De resto, a atual guerra entre a Rússia e Ucrânia é, até ao momento, a manifestação exacerbada dessas tensões que já se vinham adensando nas duas últimas décadas. Fruto destas pressões inflacionistas, perspectiva-se uma alteração, ainda que por ora contida, da política monetária do Banco Central Europeu, quer da política convencional (taxas de juro de referência), quer da não convencional (programas de compra



de ativos). A recuperação das economias, e da portuguesa em particular, neste pós COVID-19, está assim agora, neste quadro bélico, fortemente condicionada.

#### 24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Oeiras, 31 de Maio de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Exmo. Conselho de Administração de  
Fundação Renal Portuguesa**

Satisfazendo o estabelecido no Contrato da Sociedade, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e o Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei e pelos estatutos nos estão atribuídas:

- 1.1. Acompanhámos a Gestão da Sociedade, tendo recebido do Conselho de Administração e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2. Verificámos a regularidade do preenchimento dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos de suporte.
- 1.3. Velámos para que a Lei e o Contrato Social fossem aplicados de forma correta.
- 1.4. Confirmámos a titularidade, pela Sociedade, de bens e valores.
- 1.5. Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo.
- 1.6. Confirmámos que o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes anexos foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.
- 1.7. Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Fundação, os seus resultados e os fluxos de caixa.
- 1.8. Estamos de acordo que o Relatório de Gestão, assim como a Proposta de Aplicação de Resultados, nele incluída e apresentados pelo Conselho de Administração, cumprem o exigível na lei.



FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA

## 2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que, em relação aos documentos apresentados pelo Conselho de Administração, seja:

- a) Aprovado o Relatório de Gestão e as Contas, referentes ao exercício de 2021.
- b) Aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados.
- c) Se Proceda à Apreciação da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Portalegre, 31 de Maio de 2022

O Conselho Fiscal

(Presidente do Conselho Fiscal - Dr. Luís Moreira Testa)

(Vogal do Conselho Fiscal - Dr. Jorge Cinta)

(Vogal do Conselho Fiscal - Dr. João Pina)